Vai comprar um imóvel? Confira quatro indicadores econômicos

Quem deseja comprar um imóvel sabe que é um investimento que precisa de muito estudo, planejamento e pesquisa

André Zukerman (*)

Reprodução

Qualquer passo errado pode resultar em prejuízo. Uma forma de garantir um bom negócio na hora de comprar uma casa ou apartamento é se informar sobre todos os detalhes e indicadores que afetam o mercado imobiliário. Confira quatro índices que impactam diretamente no preço:

• **INCC**: Índice Nacional de Custo da Construção - Como o próprio nome sugere, ele avalia a evolução dos custos das construções habitacionais no Brasil. Sua função é corrigir valores de contratos de aquisição de imóveis e, portanto, costuma ser mais utilizado por quem deseja comprar uma casa ou apartamento na planta. Criado em 1950, o INCC é o primeiro índice oficial que mede os custos envolvidos na construção civil – sendo um dos melhores termômetros do mercado imobiliário no país. Ele é elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e leva em conta os preços praticados em sete capitais.

•**IGMI-C**: Índice Geral do Mercado Imobiliário Comercial - É destinado para quem deseja comprar um prédio comercial e revela a evolução dos preços desses imóveis em todo o país. Seu cálculo também é feito pela FGV e sua série histórica começou em 2000, sendo realizada a cada trimestre. O IGMI-C é referência tanto para investidores do mercado imobiliário quanto para cidadãos que desejam abrir um negócio próprio e querem fugir do aluguel. Tanto que o estudo leva em conta os valores de escritórios comerciais, lojas e salas em shoppings, hotéis, estacionamentos e galpões.

•**IPCA**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - É considerado um dos principais indicadores econômicos do Brasil simplesmente porque mede a inflação do país em um determinado período de tempo. O seu cálculo é feito todos os meses pelo IBGE e considera os preços de determinados produtos e serviços. Como termômetro da inflação, IPCA alto indica que os preços estão aumentando e os valores dos imóveis podem estar acima da média.

•**Taxa de Juros SELIC** - Sigla de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, a SELIC é considerada a taxa básica de juros da economia brasileira. Isso porque ela é referência para as demais taxas praticadas pelas instituições financeiras, incluindo as de financiamento imobiliário. É determinada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, que se reúne oito vezes ao ano.

Sua influência é grande na economia como um todo. Taxa SELIC alta, por exemplo, indica retração dos investimentos e, consequentemente, menos dinheiro circulando. Percentuais baixos estimulam os investimentos e a obtenção de créditos imobiliários, mas essa procura pode gerar inflação.

(*) - É diretor da Zukerman Leilões, empresa referência em leilões imobiliários (www.zukerman.com.br).

Ferrari lançará 15 modelos entre 2019 e 2022

ANSA

A montadora italiana Ferrari anunciou que lançará 15 modelos em diversos segmentos entre 2019 e 2022, incluindo seu primeiro utilitário esportivo (SUV), que se chamará "Purosangue". As novidades foram divulgadas durante um encontro com investidores em Maranello, o primeiro desde o falecimento de seu ex-presidente e CEO Sergio Marchionne, em julho passado.

"A Ferrari lançará 15 novos modelos entre 2019 e 2022 em diversos segmentos", disse o diretor comercial da empresa, Enrico Galliera.

O novo CEO da montadora, Louis Camilleri, acrescentou que, até o fim do plano industrial, 60% dos modelos da marca serão híbridos. "Vocês verão o primeiro modelo híbrido em breve. O híbrido custa mais, porém nos dá a oportunidade de aumentar o preço", explicou Camilleri.

O mercado acredita que a empresa deve apresentar um superesportivo de edição limitada em breve. O executivo ainda falou sobre o primeiro SUV, mas evitou usar esse termo para se referir ao "Purosangue". "Para mim é impossível aproximar o termo SUV da Ferrari. Não quero ofender ninguém, mas a palavra SUV não é boa. O chamaremos de 'Purosangue', será sem dúvidas uma Ferrari com performance nunca antes vista", disse. O carro deve ser lançado no fim do plano industrial, em 2022. "É um plano ambicioso, mas factível, baseado em pilares sólidos", garantiu o CEO. Apenas em 2018, a Ferrari deve investir 650 milhões de euros e entregar mais de 9 mil unidades (ANSA).

OSA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF 11.964.439/0001-50

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em reais)*

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Ativo circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Caixa e equivalentes de caixa	2.859.619	2.823.194	3.316.632	3.372.633
Contas a receber	-	-	1.190.620	1.273.436
Empréstimos a franqueados	-	38.444	-	208.444
Antecipação de dividendos	-	-	-	737.047
Tributos a recuperar	-	4.235	-	6.025
Estoques	-	-	-	11.108
Outros ativos	12.967	-	883.581	427.681
Total do ativo circulante	**2.872.586**	**2.865.873**	**5.390.833**	**6.036.374**
Ativo não circulante	**26.101.504**	**28.063.050**	**26.662.301**	**26.216.830**
Mútuos com partes relacionadas	-	6.446.557	780.288	-
Depósitos judiciais		-	-	4.487
Outros ativos		-	-	160.000
Investimentos	5.460.449	1.066.273	1.600.475	4.010
Imobilizado	-	-	1.710.773	3.092.860
Intangível	20.641.055	20.550.220	22.570.765	22.955.473
Total do ativo	**28.974.090**	**30.928.923**	**32.053.134**	**32.253.204**

Balanços patrimoniais	Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Fornecedores	-	-	283.211	484.979
Obrigações tributárias	2.458	8.138	333.713	409.469
Obrigações trabalhistas	-	-	167.314	314.454
Adiantamentos de clientes	-	-	22.000	76.007
Outras contas a pagar	24.864	-	677.310	-
Total do passivo circulante	**27.322**	**8.138**	**1.483.548**	**1.284.909**
Passivo não circulante	**-**	**35.003**	**1.488.407**	**35.003**
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	1.488.407	-
AFAC	-	35.003	-	35.003
Patrimônio líquido	**28.946.768**	**30.885.782**	**29.081.179**	**30.933.292**
Capital social	30.486.669	30.486.669	30.486.669	30.486.669
Ações em tesouraria	(77.834)	-	(77.834)	-
AFAC	35.003	-	35.003	-
Lucros acumulados	(1.497.070)	399.113	(1.497.070)	399.113
Patrimônio líquido atribuído aos sócios controladores	**28.946.768**	**30.885.782**	**28.946.768**	**30.885.782**
Participação de sócios não controladores	-	-	134.411	47.510
Total do passivo e patrimônio líquido	**28.974.090**	**30.928.923**	**32.053.134**	**32.253.204**

Demonstrações do Resultado Abrangente	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(1.896.183)	(2.285.566)	(1.445.099)	(2.332.390)
Resultado abrangente do exercício	**(1.896.183)**	**(2.285.566)**	**(1.445.099)**	**(2.332.390)**
Resultado atribuído aos:				
Sócios controladores	-	-	(1.896.183)	(2.285.566)
Sócios não controladores	-	-	451.084	(46.824)
	-	-	(1.445.099)	(2.332.390)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora	Consolidado
Das atividades operacionais	**2017**	**2017**
Prejuízo antes do IR e da CS	(1.858.544)	(443.819)
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	487.540
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	-	630.567
Baixa por perdas no ativo intangível	-	1.229.472
Resultado de equivalência patrimonial	1.797.665	-
Perdas nos investimentos	257.715	-
	196.836	1.903.760
(Aumento) / Redução das contas do ativo		
Contas a receber	-	82.816
Tributos a recuperar	4.235	6.025
Estoques	-	11.108
Depósitos judiciais	-	4.487
Outros ativos	(12.968)	(295.900)
Aumento / (Redução) das contas do passivo		
Fornecedores	-	(201.768)
Obrigações tributárias	(5.680)	(75.756)
Obrigações trabalhistas	-	(147.140)
Adiantamentos de clientes	-	(54.007)
Outras contas a pagar	24.864	677.310

	2017	2017
Caixa gerado pelas atividades operacionais	207.287	1.910.935
Despesas com IR e contribuição social	(37.639)	(1.001.280)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	169.648	909.655
Das atividades de investimentos		
Investimento em Coligadas/ Controladas	(6.449.555)	(1.596.465)
Aquisição de imobilizado	-	263.982
Adição de Intangível	(90.835)	(844.764)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	**(6.540.390)**	**(2.177.247)**
Das atividades de financiamentos		
Mútuo com partes relacionadas	6.446.557	708.119
Empréstimos para franqueados	38.444	208.444
Distribuição de dividendos	-	737.047
Participação de Não Controladas	-	(364.183)
Ações em tesouraria	(77.834)	(77.834)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades de financiamentos	**6.407.167**	**1.211.593**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**36.425**	**(55.999)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.823.194	3.372.631
No final do exercício	2.859.619	3.316.632
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**36.425**	**(55.999)**

Demonstrações das mutações do Patrimônio líquido	Capital social	Ações em tesouraria	AFAC	Resultado Abrangente	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total	Participação de Não Controladores	Total do Patrimônio Liquido Consolidado
Saldos em 31/12/2015 - não auditado	**30.486.669**	**-**	**-**	**(321.958)**	**2.684.679**	**32.849.390**	**94.334**	**32.943.724**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.285.566)	(2.285.566)	(46.824)	(2.332.390)
Resultado abrangente	-	-	-	321.958	-	321.958	-	321.958
Saldos em 31/12/2016	**30.486.669**	**-**	**-**	**-**	**399.113**	**30.885.782**	**47.510**	**30.933.292**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.896.183)	(1.896.183)	86.901	(1.809.282)
Capital Social a Integralizar	-	(77.834)	-	-	-	(77.834)	-	(77.834)
AFAC			35.003			35.003		35.003
Saldos em 31/12/2017	**30.486.669**	**(77.834)**	**35.003**	**-**	**(1.497.070)**	**28.946.768**	**134.411**	**29.081.179**

Demonstração dos Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2017	**2016**	**2017**	**2016**
Receita operacional líquida	-	-	7.973.711	10.095.317
Custos	-	-	(329.025)	(458.331)
Lucro bruto	-	-	7.644.686	9.636.986
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(37.120)	(2.838)	(7.840.054)	(8.056.670)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.797.665)	(965.129)	-	-
Perdas nos investimentos	(257.715)	(1.918.134)	-	1.918.134)
Outras receitas (despesas) operacionais		135.815	(534.898)	(1.291.862)

Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(2.092.500)	(2.750.286)	(730.266)	(1.629.680)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	265.482	545.949	403.561	558.722
Despesas financeiras	(31.526)	(4.902)	(117.114)	(129.360)
	233.956	541.047	286.447	429.362
Prejuízo antes do IR e da CS	(1.858.544)	(2.209.239)	(443.819)	(1.200.318)
IR e contribuição social	(37.639)	(76.327)	(1.001.280)	(1.132.072)
Prejuízo do exercício	(1.896.183)	(2.285.566)	(1.445.099)	(2.332.390)
Resultado atribuído aos:				
Sócios controladores			(1.896.183)	(2.285.566)
Sócios não controladores			451.084	(46.824)
			(1.445.099)	(2.332.390)

Contador: Fernando Victor Manchon Barbanova - CPF/MF 388.037.768-50 - CRC - 1SP 291653/O -3

"As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, encontram-se à disposição na sede da Companhia."

AGENDA DO EMPRESÁRIO®
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO

SEXTA-FEIRA, 21 DE SETEMBRO DE 2018

EMPRESÁRIO INDIVIDUAL DEVE CADASTRAR NO E-SOCIAL
Empresário individual que recebe pró-labore, deve cadastrar no eSocial, continua enviando a GFIP mensalmente? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

EMPRESA É OBRIGADA A PAGAR A INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE, NO PAGAMENTO DO MÊS ONDE O FUNCIONÁRIO TIROU 15 DIAS DE FÉRIAS, PODE SER PROPORCIONAL?
Não há previsão legal sobre o tema. Uma possibilidade comumente praticada consiste que os valores deverão ser proporcionalizados de maneira que parte do valor recaia dentro das férias e parte do valor recaia dentro dos dias trabalhados. Recomendamos também verificar disposições da convenção coletiva acerca do tema.

ADIANTAMENTO PARA DESCONTO NAS FÉRIAS
Funcionário solicitou adiantamento em espécie para ser descontado em suas férias, como proceder? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

ESTABILIDADE DA CIPA
Empresa está encerrando a sua atividade, entretanto possui funcionário com estabilidade da CIPA, como proceder? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

FUNCIONÁRIO MENSALISTA QUE TRABALHA 03 DIAS POR SEMANA, TERÁ DIREITO A QUANTOS DIAS DE FÉRIAS?
Informamos que mesmo que o empregado trabalhe apenas 3 (três) dias na semana, terá direito a 30 dias de férias, uma vez que o art. 130 da CLT, não dispõe de quantidade de dias inferiores a 30 pelos dias trabalhados na semana, apenas uma redução nos dias de férias no caso de faltas injustificadas no período aquisitivo.

FALECIMENTO DO EMPREGADOR
Empresa individual cujo empregador veio a falecer e está sendo encerrada, como proceder com seus funcionários? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

• Eficiência • Qualidade • Confiança www.osfe-rnc.com.br
OSFE CONTÁBIL 35 anos
IMEMO Instituto da Memória Empresarial www.imemo.com.br

50 anos ORCOSE Contabilidade
Fundador: José SERAFIM Abrantes
11 3531-3233 – www.orcose.com.br
Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP

capital-set/18 © HIFEN - todos os direitos reservados

Cooperativa de Transporte Escolar dos Motoristas Autônomos de São Bernardo do Campo - COOTEMASB

Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os **Cooperados da Cooperativa de Transporte Escolar dos Motoristas Autônomos de São Bernardo do Campo - COOTEMASB,** CNPJ 15.086.293/0001-49 no dia 25/10/2018 as 14:30 hs em primeira convocação e as 15:00 hs em segunda convocação, Rua Victorino Silva, 89 Assunção SBC CEP 09850-180 SBCampo-SP, a fim de apreciarem a seguinte ordem do dia: Eleição dos novos membros para cargos da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

TRX Holding Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.358.890/0001-82 - NIRE 35300351428

Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Os acionistas Eduardo Lins de Lima Menge, Roni Katalan e Hans-Peter Scholl vêm, com base na alínea b, do Parágrafo Único, do artigo 123 da Lei 6.404/1976, convocar os demais Acionistas da TRX Holding Investimentos e Participações S.A. **("Companhia")** para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **28.09.2018, às 10:00h,** na sede da Companhia, na Rua Gomes de Carvalho, 1.507 - 6º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2017; e (ii) deliberar acerca do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2016 e 31.12.2017. Observadas as formalidades exigidas em lei, a presente convocação deverá ser igualmente considerada, para todos os fins, como anúncio da competente AGO, em atenção ao caput do artigo 133 da Lei 6.404/1976. A Diretoria da Companhia deverá disponibilizar os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia, em especial aqueles descritos no artigo 133 da Lei 6.404/1976, para consulta pelos Acionistas, no prazo máximo de 5 dias da presente convocação, de maneira a observar a antecedência mínima legalmente exigida, bem como publicá-los com, no mínimo, 5 dias da data acima indicada para a realização da AGO, caso aplicável, e adotar as providências exigidas no artigo 124 da Lei 6.404/1976 para a regular instalação da AGO. **Eduardo Lins de Lima Menge, Roni Katalan e Hans-Peter Scholl.**

40ª VC - Capital. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS. PROCESSO Nº 0168107-81.2012.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 40ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Jane Franco Martins, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **NICOLLE MARIA SBORG NOGUEIRA**, CPF 445.885.128-46, nos autos da ação de Cumprimento de Sentença requerida por Condominio Edificio São João Del Rey, em face também de Stephan Gomes de Mendonça, **procedeu-se a penhora do imóvel:** unidade autônoma nº 21, localizada no 2º andar ou 4º pavimento do Edifício São João Del Rey, situado na Rua Dom José de Barros, 51, no 7º Subdistrito-Consolação, nesta Capital, objeto da matrícula nº 34.290, do 5º CRI da Capital, do qual foi nomeada depositaria a executada Nicole Maria Sborg Nogueira. Estando a executada em lugar ignorado, foi determinada a sua **INTIMACÃO**, por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente impugnação (Art. 525 do CPC/2015), na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de setembro de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIPÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMARCA DE SÃO PAULO. FORO REGIONAL VII – ITAQUERA. 1ª VARA CIVEL. EDITAL DE CITAÇAO. Processo Digital n.º: **0021432-98.2016.8.26.0007**. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença – Contratos Bancarios. Exequente: Itau Unibanco S/A. Executado: Gilson Goes Muniz. EDITAL DE CITAÇAO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0021432-98.2016.8.26.0007. O(A) MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII – Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a) Alessandre Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Gilson Goes Muniz, CPF 394.513.268-12, Brasileiro, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Itau Unibanco S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2ª, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇAO por EDITAL, para que, no prazo de 15(quinze) dias corridos pague o valor indicado no demonstrativo discriminado pelo credor, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntario, inicia-se o prazo de 159quinze) dias uteis para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próximos autps, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntario no prazo do artigo 523 do Código de processo Civil, o debito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento (10%). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2017. **(20 e 21)**

Controle de fronteira e combate ao crime organizado

Geraldo Seixas (*)

Em debates, entrevistas e em discursos por todo país, os candidatos a presidente da República se esforçam para mostrar à sociedade que possuem planos e estratégias para conter a onda de violência nas cidades brasileiras

A todo momento são apresentadas propostas voltadas ao enfrentamento do tráfico de drogas, do contrabando e outros crimes transfronteiriços praticados pelo crime organizado, que se aproveita da fragilidade do controle de fronteiras para trazer ao território brasileiro armas, munições e drogas ilegais. Entre as propostas já apresentadas figura a criação de estruturas focadas na vigilância ostensiva das fronteiras brasileiras.

A medida tem sua importância e pode contribuir para ampliar o controle de pessoas, mercadorias e veículos que entram e saem do País, mas não atende à necessidade brasileira. Por dia, apenas para citar um exemplo, mais de 40 mil pessoas e veículos cruzam a Ponte Internacional da Amizade, em Foz do Iguaçu. Esse é apenas um dos pontos de passagem da fronteira terrestre brasileira que tem 16,8 mil km com dez países: Guiana Francesa (655 km), Suriname (593 km), Guiana (1.606 km), Venezuela (1.492 km), Colômbia (644 km), Peru (2.995), Bolívia (3.126 km), Paraguai (1.339 km), Argentina (1.263 km) e Uruguai (1.003 km).

No Brasil, é a Receita Federal que tem a precedência constitucional nas ações de fiscalização e controle aduaneiro e, portanto, a ausência do órgão em propostas e projetos que visam ao fortalecimento do controle de nossas fronteiras impossibilita qualquer política pública que tenha por objetivo ampliar o combate ao tráfico internacional de drogas, ao contrabando e ao descaminho.

Não há como tratar de controle de fronteiras no País excluindo-se desse debate, justamente a Instituição que tem constitucionalmente a precedência nas ações de controle, vigilância e repressão aduaneira nos portos, aeroportos e postos de fronteira terrestre. É preciso que o debate sobre o enfrentamento à violência seja ampliado e que contemple as ações da Receita Federal.

É nesse sentido que o consideramos fundamental inserir nessas discussões propostas que visem assegurar maior efetividade nas ações de controle de pessoas, mercadorias e veículos que entram e saem do País. Entre as propostas, os Analistas-Tributários da Receita Federal defendem a adoção de tecnologias de vigilância e monitoramento a distância nos principais pontos de fronteira terrestre do Brasil.

A adoção desses sistemas já é realidade em diversas Aduanas do Mundo. Os Estados Unidos, por exemplo, utilizam em larga escala sistemas de monitoramento eletrônico para controlar grande extensão de sua fronteira com o México. No caso do Brasil não há como pensar no controle de mais de 16,8 mil quilômetros de fronteira terrestre sem a utilização desses sistemas administrados pela Receita Federal do Brasil.

Também é preciso investir e fortalecer a capacidade de análise de risco da Receita, que consiste no emprego de técnicas e instrumentos que permitem determinar e quantificar o nível de risco representado por um passageiro, uma carga, uma empresa ou um transportador nas mais diversas operações de comércio exterior. Com esses recursos é possível analisar, identificar e selecionar operações que ofereçam riscos reais à segurança do comércio entre as nações e que necessitam de uma conferência mais apurada.

É importante ressaltar que o transporte das grandes remessas de drogas, armas e munições envolve elevado nível de sofisticação para burlar os sistemas de controle do comércio internacional, cadeias logísticas complexas, sistemas eletrônicos de transferência de renda, a ocultação de bens e patrimônio dos envolvidos e outras práticas, como a evasão de divisas que exigem, da mesma maneira, capacidade dos órgãos de controle para atuar de forma integrada no enfrentamento dessas organizações criminosas que possuem conexões internacionais.

Além da tecnologia e de investimentos permanentes, a ampliação da presença fiscal da Receita Federal nas nossas fronteiras é outro elemento essencial. Nesse sentido, somada às propostas anteriores, é fundamental a recomposição do quadro de servidores da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal. Hoje, para realizar todas as ações de fiscalização e controle aduaneira, a Receita Federal conta com apenas 2.601 servidores.

Decididamente, o controle nas fronteiras, nos portos e aeroportos no País só será mais efetivo se houver o fortalecimento das ações de fiscalização, vigilância, repressão e controle aduaneiro realizados pela Receita. O órgão tem um efetivo reduzido atuando no controle aduaneiro realizado em portos, aeroportos e postos de fronteira, quantitativo que representa somente 50% do necessário para se ter uma presença fiscal minimamente aceitável.

Em vários países, como os Estados Unidos (60.000 servidores), China (60.000), Holanda (4.900), Alemanha (39.000), Itália (9.000) e México (8.200), o quantitativo de servidores é muito maior que o do Brasil (2.600). Mesmo em países da América do Sul, como Chile (1.420), Bolívia (1.597) e Argentina (5.758) mantêm efetivos muito superiores ao número de servidores da Aduana brasileira, especialmente quando se considera as dimensões econômicas, da balança comercial, das fronteiras e o número de habitantes.

Vivemos um período de extrema dificuldade. As crises política, econômica e fiscal impõem uma série de obstáculos ao debate, mas não podemos em um momento como que vivemos agora seguir negligenciando as discussões sobre a segurança de nossa sociedade e a soberania de nosso país. É preciso que nesta hora em que se discute o futuro do Brasil as grandes questões possam ser analisadas e propostas e projetos efetivos possam ser avaliados de forma democrática e transparente.

Esse é o objetivo dos Analistas-Tributários da Receita Federal ao apresentar esse conjunto de medidas que visam fortalecer o controle de nossas fronteiras. Melhor e mais efetivo que a criação de novos órgãos de controle de fronteira e de segurança é fortalecer os órgãos de Estado que já atuam no País.

(*) - É presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita).

Empresas & Negócios netjen@netjen.com.br
Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para
TEL: 3043-4171/3106-4171